



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO COM A FINALIDADE DE INVESTIGAR O
FUNCIONAMENTO DOS VALETS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

(PROCESSO RDP Nº 08-00056/2017)

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 11/09/2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Com a presença desta Vereadora na presidência, está aberta a reunião de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o funcionamento dos Valets no Município de São Paulo, reunião que está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, link Auditórios Online. Este é o Salão Nobre.

Temos como convidados hoje os Srs.: José Lamas Otero, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores e Agentes de Apoio Fiscal do Município de São Paulo; João Floriano Faustino, Agente Vistor de SGUOS, da Secretaria Municipal das Subprefeituras; Ana Marques Leite, da Coordenação Jurídica da Secretaria Municipal de Gestão.

Alguns de vocês já estiveram aqui antes, em outras reuniões. Entendemos como objetivo da CPI entender o que não funciona e por que não funciona, uma vez que o número de *valets* regulares na cidade de São Paulo é ínfimo. Então, já nos debruçamos sobre as regras estabelecidas. A lei em vigor surgiu depois da primeira CPI dos *valets*, em 2003. Depois disso, houve, se não me engano, dois decretos regulamentadores: um bem recente, de dezembro do ano passado. O que a gente procura investigar, do ponto de vista das regras, é se as regras favorecem aqueles que querem operar regularmente, de boa fé; porque não é raro, na Prefeitura, as regras serem tão complicadas que é muito tentador, muito mais fácil encontrar atalhos, alternativas, do que seguir o regramento. E às vezes a culpa é da regra. Quando você tenta fazer tudo certo e não consegue, pode ser que a regra esteja errada. A gente sabe que há procedimentos muito burocráticos; há a incapacidade da própria Prefeitura de cumprir os prazos por ela estabelecidos de avaliação, de resposta. Já constatamos algumas coisas. Se não me engano, na lei original, acho que no texto da lei exige-se que os manobristas do serviço de *valets* tenham feito um curso técnico profissionalizante de manobrista. Não existe curso técnico profissionalizante de manobrista. Então, a gente impõe uma exigência descabida. Enfim, há esse ponto.

Tem o ponto de ter a certeza de que a gente não deixa brechas demais para os de

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 2

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

má fé, para aqueles que efetivamente não têm nenhuma intenção de regularizar a sua atividade. E tem a prática. Isso, só falando do procedimento inicial, do pedido de autorização de permissão. E depois, quando se estabelece propriamente a atividade, a regular ou a irregular, de que meios nós dispomos para verificar se as regras estão sendo cumpridas mesmo.

Aí, entram, lógico, os agentes vistores. Já falamos de vocês em inúmeras ocasiões tentando entender como se organiza a atividade do agente vistor em cada subprefeitura para que se tenha um método, se tenha organização. A gente não pode depender jamais só de boa vontade e honestidade. A gente conta com ela, espera que tenha; mas, e se não houver boa vontade, honestidade, eficiência, organização, disciplina? Como é que se estrutura a atividade dos agentes vistores nas subprefeituras? Como é que se organizam os setores de Licenciamento e de Fiscalização para dar conta dessas demandas?

O que a gente apurou, sem muita dificuldade, é que a estrutura é precária. Os computadores disponíveis – tanto para os setores de Licenciamento, que avaliam os pedidos de permissão, de autorização – muitas vezes são em número muito inferior. Os funcionários, os servidores têm que se revezar no computador, que nem sempre tem o melhor sistema instalado, nem sempre é a máquina mais moderna, nem sempre a conexão com a internet é a melhor. Os agentes vistores que vão a campo com seu equipamento também têm inúmeras queixas. A gente pediu um levantamento para a Secretaria de Subprefeituras, que, por sua vez, solicitou de cada subprefeitura o número de agentes vistores ativos, os que vão a campo, os que estão exercendo alguma outra função dentro da subprefeitura - quer dizer, são agentes vistores, mas não estão exercendo propriamente a atividade de agentes vistores -, o número de equipamentos disponíveis, de computadores, de impressores, de *tablets*. Até a última reunião, ainda não tínhamos tido resposta de todas as subprefeituras. A própria Secretaria de Subprefeituras não recebeu resposta de todas as subprefeituras. E essa, digamos, é a parte fácil da informação: quantas pessoas estão trabalhando? Qual é o equipamento de que elas

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 3

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

dispõem? Não estou perguntando o tráfego de dados, a banda; não, é uma coisa tão palpável: você vai lá e conta quantos computadores. Já pedi, a gente reiterou, mas não conseguiu ainda essas informações.

Estão vendo como são as coisas nas subprefeituras? Às vezes, não tem gente suficiente nem para responder os ofícios. Isso pode ser um sinal de má vontade, até certo ponto, mas também pode ser mais um sintoma de falta de condição, de dar conta das demandas da subprefeitura. Aqui na CPI também já observamos, fomos lembrados de que são mais de 750 posturas municipais a cargo dos agentes vistores. E quanto aos *valets*, propriamente, está prevista a implantação de um sistema de cadastramento dos prestadores de serviços de *valet*, o que tornaria o processo, em tese, mais ágil, mais transparente, mais pessoal, como se deseja. E a gente está aqui sempre tentando atualizar as informações, saber até que ponto a estrutura prevista atualmente avançou.

Então, eu gostaria de dar a palavra para o Sr. José Lamas Otero, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores, que tem, claro, por sua própria experiência, um conhecimento bastante aprofundado da situação da categoria nas subprefeituras hoje. Eu o convido a fazer uma exposição para a CPI. Tudo isso, além de ser transmitido ao vivo, é gravado e transcrito. Então, mesmo as pessoas que não estiverem presentes terão acesso à integra dessas informações. A assessoria do Relator Fabio Riva está presente. Então, nada será desperdiçado, mesmo não sendo uma reunião ordinária, com o quórum regimental. O conteúdo estará à nossa disposição de toda forma.

Com a palavra o Sr. José Lamas. Por ser uma reunião de trabalho, não é necessária a leitura do termo de compromisso. (Pausa) O senhor pode fazer a leitura do termo de compromisso, mas já não é exigência regimental.

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO – Já fiz várias vezes. Bom dia a todos. Meu nome é José Lamas Otero, Presidente do Sindicato dos Agentes Vistores há sete, oito meses. Fui vice durante seis anos, tendo como Presidente a Claret.

A categoria dos agentes vistores é uma categoria da Prefeitura meio *sui generis*. Ela foi formada em 1986 pela Lei 10.224, em que eram previstos 1.201 agentes vistores. O agente vistor é H40 e ele tem como uma das suas obrigações ficar à disposição da Prefeitura durante 24 horas por dia, sete dias por semana, durante o mês todo. Isso porque as atividades de fiscalização são bem diversificadas e as ocorrências são variadas, podem ocorrer na parte da manhã, da tarde e da noite, em horários diversificados também.

Existe a Portaria nº 5 SMSP 2003 que fala sobre as diretrizes e procedimentos de fiscalização pelas subprefeituras, que tem como obrigatoriedade que as subprefeituras sejam divididas em setores geográficos e esses setores sejam ocupados por agentes vistores. Conforme as necessidades de cada região, o agente vistor é mais de um setor. Como eu disse antes, a categoria é prevista em 1.201 e hoje temos em torno de 417 agentes vistores na ativa, sendo que por volta de 390 está em campo.

Essa Portaria nº 5 institui o dimensionamento das equipes fiscalizatórias, que deverá ser feito de acordo com as características específicas territoriais e de ocorrências de cada subprefeitura. Aqui o importante é que cada subprefeito determinará o período mínimo em que toda a área de cada porção territorial deverá ter sido totalmente fiscalizada, isso tudo sem prejuízo das ações de rotina.

Poderão ser formados comandos de fiscalização, devendo o responsável pela fiscalização definir previamente a área de atuação e seu objetivo. Esse comando de fiscalização, a gente pode tomar como exemplo aqui, se caberia um comando de fiscalização sobre *valets*. Como nem toda prefeitura regional tem *valets*, ou maior ou menor número, não é muito comum que sejam feitas atividades de comando nesse sentido.

Eu observei aqui que, conforme informações lá da... com base na Lei de Acesso à Informação, a CPI dos *Valets* teve início no dia 20 de março de 2018, e em 22 de junho de 2018 nós tivemos lá da Secretaria, com base na Lei de Acesso à Informação, de que foram lavrados cinco autos de multas no período de 22 de junho para trás, 20 de março.

Então você vê que faltam três coisas aqui: uma é estrutura; outra é planejamento e outra é pessoal, falta de pessoal. Porque, a partir do momento em que você instala uma CPI, seja qual for o motivo, deveria um planejamento em cada prefeitura, subprefeitura, para que fosse feito um levantamento dessas atividades que estão sendo exercidas irregularmente na sua área geográfica.

Tem outro dado também interessante que a gente pode levar em consideração: de acordo com a Portaria 409, de 1986, tomando como base aqui a Subprefeitura Lapa, Pinheiros, Sé e Vila Mariana, que a nosso ver são as quatro subprefeituras que têm maior incidência de *valets*. Em 1986 existia uma previsão de que na Lapa fossem locados 35 agentes vistores; hoje a Lapa tem 18 agentes vistores – hoje, 2018. Esse número de 35 era de 1986; hoje, em 2018, tem 18 agentes vistores na Lapa, sendo que sete desses 18 já estão em condições de se aposentar. A Subprefeitura de Pinheiros, em 1986, existia uma previsão de 30 agentes vistores; hoje tem 19 agentes vistores lotados lá e três com possibilidade de aposentadoria. Na Sé, em 1986, 55 agentes vistores, a previsão; hoje tem 34 agentes vistores, sendo que 11 já estão em condições de aposentar. E Vila Mariana a previsão era de 40; hoje tem 20 agentes vistores, com possibilidade de um aposentar.

Então está claro que, independentemente de estrutura ou de planejamento, falta pessoal. Hoje temos 421 agentes vistores, 390 nas prefeituras regionais. Eu já falei das cinco multas que foram lavradas no período. Eu acho isso um número meio... meio não, muito pequeno.

E a gente tem informação também de que, em julho de 2018, pedimos algumas coisas para a Secretaria de Gestão e Secretaria das Prefeituras Regionais – voltou a ser subprefeitura, aí fica esse *imbróglia* na cabeça -, e nesse mês, na data de 19 de julho de 2018, foi informado, em documento da própria Secretaria de Gestão, que o órgão... “Informamos que até a presente data não se registrou nesta coordenadoria solicitação inicial do órgão interessado de abertura de concurso público destinado à mencionada carreira”, que é de

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 6

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

agentes vistores. Então desde 2002, que foi o último concurso, já passaram 16 anos sem concurso, o pessoal morrendo, o pessoal indo para outras funções, outros empregos, o pessoal aposentado e sem concurso público. A população às vezes cobra coisas que não são vistoriadas, reclamações que fazem, mas a gente tem que levar em conta que não tem pessoal humano suficiente para dar conta de tudo isso.

Outra coisa – aproveitando aqui – é que a categoria de agente vistor, como eu disse antes, precisa ficar à disposição da Prefeitura 24 dias, sete dias por semana. Desde 1986, quando a carreira foi criada, até hoje não se conseguiu fazer uma definição de plantão para as atividades dos agentes vistores. Então hoje o agente vistor, oficialmente, fica de plantão, através da Portaria 3.005, que fala sobre chuvas, essas coisas...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – De quando é a portaria?

R – De 1986, por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A portaria de 1986 ainda é o que determina a regra de plantão.

R – Ela determina regra de plantão só para a Defesa Civil,

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Nem *pager* existia naquela época.

R – Portaria 3.005, 1998. Essa portaria diz que “sejam criados, a partir desta data, equipes semanais de plantão em cada administração regional, para atendimento imediato de urgências que venham a ocorrer fora do horário normal de expediente”. E mensalmente ela fala de publicação de uma lista de várias pessoas, vários órgãos para atendimento dessas ocorrências, publicação no *Diário Oficial*, mas hoje em dia acontece uma vez por mês, que eu acho que já é suficiente.

O problema é que o agente vistor fica disponível. Falando só do agente vistor, no caso, ele fica disponível 24 horas, à disposição da Prefeitura, e não existe um dispositivo que dê uma compensação para ele; já que ele é H-40, passou as 40 horas semanais, ele não tem nenhum dispositivo de compensação nem financeira nem, se fosse o caso, um banco de horas.

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 7

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

Sem contar que, às vezes, ele é chamado para atuar de madrugada, à noite. Acho que a maioria dos *valets* é no período noturno. Então, precisa existir uma programação de comando; aí, se ele tiver que trabalhar durante o dia, ele tem que emendar à noite; aí, no dia seguinte, ele vai negociar com a chefia se ele vai trabalhar ou não. Então, é meio...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Incerto.

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO – Incerto, informal.

P – É.

R – E para concluir aqui essa primeira fala, nós fizemos um levantamento, isso em 2014, nós fizemos uma apresentação na Secretaria das Prefeituras Regionais, e lá nós mostramos para eles que, em 1997, existiu um inquérito na Subprefeitura de Pinheiros. Em 2000, o Tribunal de Contas também falou sobre a precariedade da fiscalização. Agora, em 2013, teve a CPI dos Estacionamentos, que também da precariedade da fiscalização e, recentemente, agora, acho que em 2015, a CPI dos Alvarás. Se você olhar na conclusão de cada uma dessas CPIs, elas são praticamente um copia e cola, porque as coisas acontecem, são feitos os levantamentos dos problemas, e a Administração não dá solução.

Eu posso ler aqui o último relatório... Só um minutinho, já me perdi aqui com o papel.

P – Tudo bem.

R – Eu queria dar um destaque à fala do... (Pausa)

P – Enquanto isso, eu vou aproveitar um documento que eu tenho aqui... Já localizou?

R – Já.

P – Ah, então, tá.

R – Isso aqui é a conclusão da CPI dos Alvarás, do dia 3 de outubro de 2014.

Eu vou ler aqui um trechinho sobre a conclusão pensada pelos Vereadores com referência aos agentes vistoros.

“Atualmente existem 410 agentes vistores em exercício sendo 300 deles em campo e 110 aproximadamente divididos em cargos de chefia, outros órgãos e atividades do Município de São Paulo.

A falta de integração entre as subprefeituras reflete a não existência de um sistema integrado que de fato atenda as necessidades dos agentes através da interligação e cruzamento de dados entre secretarias e órgãos competentes, torna o atendimento e a análise de um processo extremamente morosa.

Os Agentes Vistores representam hoje uma categoria desestimulada pelo Município”. Isso são os Vereadores falando, não somos nós.

“Com o objetivo de se incentivar o trabalho de tamanha importância para o Município realizado por estes agentes sugerimos as seguintes soluções:

- Plano de carreira para a categoria; e
- Novo concurso para agente vistor, tendo em vista que o último foi realizado em 2002; e
- Contratação de empresa competente para desenvolvimento e implantação de um sistema de integração de dados e informações entre subprefeituras e outros órgãos.
- Desvinculação do Auto de Conclusão de Obra (Habite-se) para obtenção da Licença de Funcionamento e Alvará;

Conforme todos os depoimentos, a análise de todos os documentos esta CPI conclui que se faz necessário a desvinculação do Auto de Conclusão de Obra (Habite-se) para se obter a Licença de Funcionamento e Alvará de Funcionamento”. E por aí vai.

Então, como eu disse antes, desde 1997 que a gente tem documentado que os problemas vêm à tona, mas sem solução. Inclusive esse inquérito da Subprefeitura de Pinheiros, de 1997, ele ocorreu um pouco antes de ocorrer a tão conhecida máfia da fiscalização e, se tivessem tomado as providências quando teve esse inquérito, provavelmente não haveria essa máfia da fiscalização.

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 9

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

Eu acho que, por hora, é isso.

P – Muito obrigada. Foi observado aqui, durante a sua exposição, pela assessoria da Comissão, que é óbvio que a contratação de um número maior de agentes vistores implicaria uma despesa nova para a Prefeitura, lógico. Mas vocês já tiveram, ao longo desses anos, algum estudo demonstrando o resultado em termos de ingressos para a Prefeitura? Não que a gente devesse pensar sempre assim, quanto custa e quanto ganha, mas também precisamos, né. Queremos mais agentes vistores. Estou de acordo que o número é completamente insuficiente. Aliás, o número estimado 20 anos atrás está bem defasado. O que a Cidade cresceu, o que a atividade econômica se diversificou. Agora, alguém vai pedir para fazer essa conta.

R – Então, a Prefeitura cobra um negócio chamado Taxa de Licença de Fiscalização de Estabelecimentos, Taxa de Licença de Fiscalização de Anúncios e, pela Constituição, todas as taxas, nesse sentido, deveriam ser revertidas para a fiscalização, não necessariamente em salários, mas em equipamentos, em estrutura e coisa e tal. Só que vai direto para o cofre comum. Independentemente disso, nós temos aqui informação da própria Secretaria das Subprefeituras que, em 2017, os valores de lavratura de Auto de Multas chegaram a praticamente 353 milhões; em 2018, até o mês de junho, já estava em 210 milhões, e a gente tem informação também, através do próprio Cubos, de que, anualmente, 8% só desses valores são cobrados pela Prefeitura, sendo que a maior parte deles, o infrator paga de livre e espontânea vontade. Aí tem a outra parte, que deveria ter a cobrança judicial. Como ocorre a cobrança judicial ou se ocorre ou se não ocorre, a gente não tem essa informação.

Só pelos valores das multas, os agentes vistores já seriam autopagáveis. Isso tudo sem levar em consideração que cada ação fiscalizatória que o agente vistor faz numa determinada atividade irregular vai levar essa atividade à regularidade, ao licenciamento, vai recolher mais taxas e vai recolher mais impostos. Então, o trabalho dos agentes vistores também, indiretamente, contribui para a arrecadação do Município.

P – Alguém quer fazer alguma contribuição? (Pausa) Pode falar. Se identifique, por favor.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO – Bom dia. Sou Claret, Secretária-Geral do Sindicato dos Agentes Vistores do Município de São Paulo. Completando a fala do Lamas, é muito importante também que o Município, a gestão perceba que uma fiscalização eficiente na rua, além de levar as atividades para a regularidade, quando vão recolher os impostos, as taxas, o grande número de obras irregulares que existe na Cidade, algumas muito prejudiciais que não vão, nem têm cabimento de serem regularizadas, como aquelas feitas em áreas de mananciais, mas outras que têm condições de serem regularizadas. Todo o processo de uma obra irregular, ao seu final, é enviado para Secretaria de Finanças, é feita a cobrança o ISS e é feito o lançamento de IPTU.

Então, o Município com uma fiscalização fragilizada está perdendo dinheiro, está perdendo muitos recursos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, mais alguém quer fazer alguma contribuição? Passo a palavra para o João Floriano Faustino por SGUOS - quem sabe tem boas notícias.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Estou aqui a umas três ou quatro reuniões, sempre procurando atualizar os dados que eu trago das reuniões anteriores. Uns que eu vou deixar com a CPI, que é em relação às autuações dos *valets*. Deu uma atualizada daqueles números lá, apenas tivemos mais três multas pela Subprefeitura da Lapa, apesar de não ter aquela grande quantidade de processo de fiscalização como tem na outra Prefeitura de Pinheiros, é a que mais faz autuações.

Hoje lá eles já fizeram... A gente está contando desde quando houve o novo decreto e a nova sistemática. Já fizeram 39 intimações e três multas, só na Lapa, nas demais elas estão aguardando as determinações da secretaria e na hora que tiver o sistema pronto. Também eu fiz, como eu vinha para prestar esclarecimento sobre o SGF, deu uma atualização

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 11

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

desses dados anteriores e fiz uma compilação da quantidade de autuações desde julho de 2016 até agosto de 2018, que é só a parte do SGF, não estou contando quando eles estavam fazendo lavraturas em papel porque o sistema, eles não conseguiam gerenciar. Então, colaborando com o que o Lamas falou, só nesses dois anos de implantação do SGF, autos de multas digitais, foram lavrados 37.191 autos de multas, depois aqui está separado por ano, num total só de multas lavradas. A gente chama importada, porque elas já estão à disposição para serem cobradas. Quem faz essa cobrança, ou é voluntariamente pago, ou é feito lá na dívida ativa, então é um total de R\$ 751.817.338,87. Como ainda não fechou esse ano de 2018 provavelmente chegará próximo de um bilhão de multas lavradas.

Alguns meses têm valores que variam por mês e dependendo, se faz um comando, um loteamento clandestino, as multas são bem altas por conta da área irregular ou então fazem aqueles comandos de Estação Radiobase, que a multa hoje é mais de cem mil. Dependendo do mês, vai ter uma variação do montante lavrado. Apesar do pouco número de agentes vistoros, mesmo assim, continuam a fazer a sua produtividade, além do que recebe, do que é o mínimo que ele tem que fazer por mês e eles fazem muito mais. Às vezes fazem até o dobro do que tem de fazer e é remunerado só certo limite, passou daquele limite, não é remunerado, mas ele, por questões...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Explica um pouco melhor isso para a gente, como funciona. Pode ser o Sr. Lamas.

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO – A parte do chororô é comigo. Hoje o agente vistor tem um salário padrão, salário base, que é composto pelo que a gente chama de produtividade. A produtividade é dividida em três faixas, sendo que a faixa maior você consegue até 4.620 pontos. Então, cada atividade que o agente vistor lança, tem uma pontuação e essa pontuação resulta numa somatória que chega a 4.620. O que passar desses 4.620 a Prefeitura tem um trabalho aí de benefício que o agente vistor fornece a ela, já que passou dessa pontuação, ele não recebe e a gente está aguardando que a Secretaria de

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 12

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

Subprefeituras faça uma modificação nessas pontuações porque hoje há itens lá que a gente não faz mais devido à mudança dos tempos e têm outras que a gente faz e não contabiliza porque o sistema não está lá...não está atualizado para receber.

Conforme a Lei 16.417/2016, por coincidência é do dia 1º de abril, ela fez a reestruturação da carreira do agente vistor e ela vem seguindo várias mudanças que tiveram desde essa 10.225/1986. Ela cria três faixas de até 3.395 pontos, aplica-se 00,25% sobre três mil pontos, até aqui ela é injusta. Você trabalha até 3.359 pontos e recebe sobre 3.000. Na segunda faixa, de 3.360 a 3.989, aplica-se 32 milésimos por cento sobre 3.674, de novo, o máximo que você chega em 3.989 e recebe sobre 3.674. Eu falei três fases, mas na verdade são quatro. A terceira é de 3.990 a 4.909. Você recebe 32 milésimos por cento também sobre 4.200, mesmo que você tenha trabalhado os 4.409. E a última faixa é de 4.410 a 4.620 e aí você recebe 34 milésimos por cento, já sobre os 4.620.

Então, você faz lá os 4.620 pontos, você multiplica por esses 34 milésimos por cento e você vai ter um valor de produtividade, que é um valor que para carreira é valor único, não tem alteração nenhuma, e ela se soma a faixa do nível ao que você se encontra. Então, hoje você chega de cinco mil e pouco de salário e pode chegar até 9, 10 mil reais e você...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Independentemente de ser no começo, no fim ou no meio da carreira?

R – É, ela é dividida em QAV1 ao QAV13. Cada mudança de faixa você tem de ficar na mesma faixa durante dois anos e para você mudar você tem de fazer cursos e se empenhar, passar pelo critério de avaliação e aí para você mudar de uma faixa para outra você tem uma fábula de quase 200 reais depois de dois anos trabalhados no máximo.

P – E com cursos necessariamente? Não é só pela antiguidade, quer dizer, completou dois anos, tem direito a uma promoção de 200 reais.

R – Não é pelo tempo não, além de você trabalhar, você tem de arrumar um tempinho para fazer os cursos, sendo que nessa reestruturação, eles colocaram mais uma

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 13

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

dificuldade que são os números de horas de curso que você tem de apresentar, um certo número mesmo que reduzido tem de ser ministrado pela Prefeitura. Então, nesses anos todos de experiência, a gente tem visto muitos poucos cursos ministrados pela Prefeitura.

P – Mas se você fizer uma especialização, um curso à distância de pós-graduação.

Duzentos reais por mês não paga a mensalidade.

R – Não paga e se você...

P – Não reembolsa nem a despesa com o curso.

R – Se você for passar do nível um para o nível dois, além disso tudo, você tem de ter 180 horas de curso, do nível dois para o nível três, são 370 horas. Aí você pergunta: o que você faz da meia-noite às seis? É complicado.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO – Só fazendo uma pequena correçãozinha... Claret, Secretária Geral do Sindicato dos Agentes Vistores. Nós mostramos para o Governo esses dias que a nossa carreira, a diferença entre o inicial e o final, que na verdade o inicial chega a cinco mil e alguma coisa, com a produtividade e o final são sete e pouco. Quem chega a dez é porque tem algum cargo incorporado, tem supervisão, chefia incorporada. Se não, não chega. Então essa diferença do inicial até o final é de 27%. Então, é um desestímulo bastante grande. Essa... A exigência desses cursos que na verdade é um padrão para todas as carreiras, na nossa carreira - aproveitando que a Secretaria de Gestão está aqui -, ela foi tão mal elaborada e por algum motivo os RHs das Subprefeituras tem – parece - um pensamento diferente. Chegam a rejeitar cursos sem grandes explicações do porquê. A lei diz assim: serão aceitos os cursos que têm relação com a sua carreira. Ora, a carreira de agente vistor é muito eclética, então, você pode fazer “n” cursos e fica sujeito a...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – São 750 posturas para verificar...

R – Pois é. Se você vai para a rua, você é psicólogo, você é engenheiro, você é advogado, você é um monte de coisas na rua. Por isso é muito difícil esse tipo de coisa e a gente está pedindo já há algum tempo para a Secretaria de Gestão para padronizar isso, dizer

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 14

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

exatamente quais os cursos que são válidos. Então, estão chegando a rejeitar curso de gestão pública. O agente vistor faz a especialização em gestão pública e tem RH que não está considerando para a evolução.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Acho que com isso a gente consegue... Vai esclarecendo melhor porque era importante a Secretaria de Gestão participar dessa reunião hoje com a representação dos agentes vistores, porque tem muito a ver com a carreira, coisas que a gente nem supõe que são necessidades da carreira.

O agente vistor para ter o estímulo e a recompensa de exercer a sua função com dedicação, para fazer jus à produtividade, isso está relacionado a uma definição padrão de cursos que serão aceitos para fins de progressão na carreira. Vai muito além do que a gente imagina no campo estreito aqui dos *valets*.

O SR. ARTUR JORGE COSTA – Entre fiscal e aposentado, 50 anos eu tenho, e 4.200 reais é o meu salário porque eu perdi a produtividade então o salário é de 4.200 reais com 50 anos de carreira. Um absurdo!

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E a carreira sempre exigiu formação de nível superior? Não.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O último concurso foi em 2003, portanto, 2002 e 2003 o ingresso. Então, 15 anos já, os mais recentes têm 15 anos de carreira. Sr. Faustino?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Só quero complementar o que o pessoal estava falando dos cursos, porque tem também um problema com relação a isso que é assim: ele fala só dos cursos que a gente participa; agora eu, no caso, sou agente vistor e, às vezes, ministro palestras, cursos, para ele, leva um tempão para preparar curso, só que o palestrante ou quem ministra o curso não tem direito a pontuação. Essa é uma coisa que desestimula também.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A respeito da disponibilidade de 24 horas, por coincidência a gente tem discutido esse assunto (Pausa). O senhor quer fazer uma contribuição?

O SR. KLEITON CLARO DA COSTA – Sou da Liderança do PSDB. Soninha, esse assunto vai longe né, fiscalização da Prefeitura. Mas, primeiro, para registrar o assunto que eu te levei. O agente vistor ou qualquer outro tipo de profissão que envolva uma fiscalização diurna ou noturna não tem que fazer esquema de plantão, eu acho que o agente vistor tem que ter período, tem que ter agentes vistor no período noturno trabalhando normalmente, porque a Cidade não para. E existem certos usos que a fiscalização somente pode ser feita no período noturno, como são as casas noturnas e outros tipos de fiscalização que exige isso aí. Não pode parar a fiscalização 6h da tarde como se fosse qualquer empresa que fecha as portas e vai todo mundo para casa, não é assim. Então a fiscalização tem que funcionar durante a noite e até em finais de semana. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, o fiscal da Prefeitura, seja ele qual for, é antes de tudo um chato. E isso não é privilégio nosso, é em qualquer parte do mundo, porque onde chega a fiscalização da Prefeitura ele passa a ser um chato, porque ele vai exigir coisas que a pessoa não fez, não cumpriu a legislação. Então é isso que os Vereadores têm que levar em conta. Então não adianta fazer uma legislação e depois os próprios Vereadores ficam pedindo para os amigos deles não serem atendidos, para o fiscal não passar lá. Então, se a legislação de Licença de Funcionamento, de Alvará de Funcionamento, de Alvará de Obra, do Habite-se, que é o Auto de Conclusão, não está adequada para a Cidade, eu acho que os Vereadores têm que sentar todo mundo e pensar uma forma mais moderna. Mas elas exigem, e os fiscais estão aí para fazer a fiscalização. E muitas vezes eles fazem a fiscalização e são tidos não só lá fora como um chato, mas dentro da própria Administração. É um absurdo, é uma vida difícil, viu Soninha. Não dá para o Vereador fazer uma legislação e, depois, sair por aí exigindo que os fiscais prevariquem. Segunda questão, existe um erro dentro da Administração e, principalmente, aqui dentro da

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 16

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

Câmara, um erro muito grave, de que tenho falado faz tempo, de falar que 70% da Cidade, 80 e 60, cada hora é um número, é irregular. Isso é uma grande mentira, Soninha. Eu sei certinho de onde surgiu isso. Foi um Diretor do Contru, na época da Erundina, que falou: se a gente fosse fazer uma fiscalização, na época ele deu um número aí, 50%, 60%, e havia alguma irregularidade. Havia alguma irregularidade e como era Contru era questão de segurança: um extintor descarregado, uma tomada que não está de acordo com a norma, alguma irregularidade; e não que o local estava irregular.

Isso aí teve uma repercussão na mídia e os Vereadores, hoje, falam que a Cidade é 70% irregular. Ora, existe o registro de todos os números de IPTU dentro dos registros da Prefeitura e sabem que nem 10% são irregulares. Senão, toda esta carreira aqui poderia mandar todo mundo embora, porque não precisava se tem 70% da Cidade irregular.

Então isso daí eu acho muito perigoso, Soninha, quando o Vereador fala isso, porque ele fala como uma autoridade e isso daí leva com que o cidadão comum pode fazer uma obra irregular. Não precisa, porque ele fala: afinal de contas ninguém atende isso daí; e é mentira isso. A gente não pode levar a um erro desse.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – A gente tem uns clichês, não é? Alguém, um dia, disse, foi publicado e virou lugar comum e passou a ser... É, eu, por exemplo, quantos de vocês já ouviram que têm 10 ratos para cada cidadão? Todo mundo já ouviu não é? A gente tem 120 milhões de ratos na cidade de São Paulo? Acho que a gente vê pouco rato, então, se são 120 milhões... Algum dia alguém me estimou que para cada cidadão têm 10 ratos. Então é assim, a gente cria alguns dados e trabalha com eles a vida inteira, às vezes até perde a origem da suposta informação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Foi. Eu vi esse vídeo no *Youtube*.

Alguém tem alguma outra contribuição a respeito da estrutura, agentes vistoros?

Como a gente falou aqui sobre a atividade da Cidade 24 Horas, a gente está discutindo no âmbito da Comissão da Criança e do Adolescente a atividade dos conselheiros tutelares, que também têm essa questão do plantão, da disponibilidade. Eles têm o plantão à distância, com celular, também não é regulamentando, também é desse jeito combina, sabe? Olha, publica no *Diário Oficial* qual é o conselheiro tutelar que está de plantão naquela semana e aí cada Conselho, tem um por subprefeitura, cada um deles entende de uma maneira como que funciona aquele plantão. Não tem nenhum cálculo propriamente de horas extras, a compensação é toda informal: então você fica esta semana e semana que vem a gente vê como que faz.

O que a gente se comprometeu a estudar na Câmara é o regime de sobreaviso, entendendo que é o que se aplicaria a eles e, certamente, o que se aplica também ao agente vistor. Ele não está presente.

Claro, seria outro regime se fosse como na sugestão do Sr. Kleiton que houvesse, de fato, agentes vistoros trabalhando em turnos, turno diurno, turno né, 12 por 36, fosse qual fosse o regime. Mas não sendo, se for mantido o H40, teria de ter essa contagem, essa remuneração do sobreaviso. Acho que é $\frac{1}{3}$ da hora cheia e caso ele seja realmente solicitado, isso tem uma forma de cálculo também. Acredito que a Secretaria de Gestão pode nos subsidiar aí quanto às possibilidades, porque são muitos os servidores que trabalham nesse regime de plantão à distância e é um acordo. É um arranjo entre as partes e de um controle muito frágil.

Anuncio a presença do Vereador André Santos.

Você parece que queria falar?

A SRA. SANDRA REGINA DE ALBUQUERQUE BOMFIM - Meu nome é Sandra, eu estou na ativa ainda, embora tenha me afastado recentemente por causa do Savim, eu sou

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 18

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

Secretária-Adjunta. Em primeiro lugar gostaria de agradecer o elogio ao Sr. Kleiton já que disse que nós não somos bem-amados. Mas enfim, eu entendo. Quando você foi Subprefeita da Lapa eu cheguei a dizer para você que a gente carregava um grande estigma. Isso, infelizmente, é uma coisa que nós temos que aceitar e modificar isso. Cabe a nós modificar. É difícil, mas nós vamos conseguir algum dia.

Sobre a questão de fazer o plantão em turnos, a primeira coisa que teria de se pensar seria num espaço apropriado para que, já que eu entendi que a sugestão fosse para que ficassem de plantão presencial na subprefeitura ou na prefeitura regional - ou como quer que seja na época - teria de ter espaço adequado, que hoje não existe. Então eu não consigo imaginar como ficar na subprefeitura atualmente durante o turno noturno. Certo? Então também ficamos, apesar disso, 365 dias, por ano, 24 horas, feriados, fim de semana, já saímos durante o almoço de Natal para atender ocorrências.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO - Posso só fazer um parêntese?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Sim, pode.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO - Com essa história de que o fiscal...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Se identificando de novo por causa da transcrição.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO - Claret Fortunato, Secretária Geral, do Sindicato dos Agentes Vistores.

É só uma reflexão sobre a atuação do fiscal na rua. O fiscal é um chato, o fiscal é aquele que vai cobrar. Mas uma ação fiscal bem-feita e chegando a uma conclusão, ela tem dois lados: tem o incômodo - se é que a gente pode chamar de incômodo para aquele que foi

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 19

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

fiscalizado, para aquele que foi autuado -, mas tem a outra parte do vizinho, ou do comerciante, daquela indústria que está regular e tem uma indústria irregular ao lado dela. Então você vai ter duas faces da moeda, vai ter o satisfeito e vai ter o insatisfeito.

O que interessa para nós é a regulamentação da Cidade, é o ordenamento da Cidade. Vai doer para alguns, mas vai ser muito bem-aceito, eu acredito, para a grande maioria que pretende trabalhar e ter a sua atividade regularizada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Claret, eu já ouvi manifestação de vocês também no sentido de que a fiscalização é profilática. Claro que para o agente vistor que recebe por produtividade, a efetiva aplicação da multa tem um retorno que beneficia - talvez não seja a palavra -, mas, enfim, a gente não quer - eu pelo menos - não imagino que a gente queira que a arrecadação, por multas, seja o nosso horizonte. Mas, por meio de uma fiscalização bem-feita você incentiva o cidadão de boa fé, de boa vontade, a regularizar a sua condição. Quer dizer, o Município vai obter uma receita de toda forma não só das multas que sempre haverá e são necessárias, mas de outra forma também.

Sr. Floriano.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Só queria contribuir com essa questão do plantão. Tem um SEI que está tratando desse assunto que foi por provocação do Savim. Ele roda, fica lá com a secretaria, vai pra lá, vai pra cá. E como essa Portaria 3.005, ela não fala só de agente vistor, fala de engenheiro, motorista, tudo. Então quando começa a discutir o plantão, acaba abraçando todo mundo.

Então lá está se discutindo, nesse SEI que eu participei, fiz o nome e tudo, se essas horas a mais vão ser pagas e remuneradas ou vai ser banco de horas. Então fica nessa discussão, está nesse ponto aí. Sei que já tem uma minuta pronta, está pra ser validada. Acho que, de novo, vai rodar por várias secretarias até todo mundo dar o seu parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Está certo. Eu quero aproveitar para mostrar aqui os documentos que nós já temos disponíveis no *site* da CPI, para que todos

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 20

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

tenham conhecimento.

Registro a presença do Vereador Fabio Riva, Relator da CPI.

Caso vocês tenham informações que venham acrescentar aos documentos já recebidos, por favor, nos enviem. Não esperem a nossa provocação necessariamente. Vocês podem ter informações que nem sabemos que poderíamos solicitar.

Então tem bastante coisa já tornada pública.

- A oradora passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Não sei se estão conseguindo enxergar a tela. Agora estão. Então ali em documentação vocês veem que têm dois *links*, composição e documentação. Em documentação tem os documentos iniciais que embasaram o pedido de abertura da CPI; um comparativo do decreto anterior a 2017 e o atual de dezembro do ano passado; as notas taquigráficas de todas as reuniões e os requerimentos aprovados e as respostas já obtidas.

Quero pedir para abrir, por exemplo, o item, ofício 910-SMPR – dois para cima – para que a gente veja um dos resultados que podem ser atribuídos as nossas deficiências estruturais de planejamento quanto à fiscalização. Aqui estávamos perguntando sobre o processo de licenciamento.

Você pode descer, por favor, para a página cinco. São 44 no arquivo, se não me engano. Prefeitura Regional de Aricanduva, Formosa, Carrão. Isso. Acho que é esse aí mesmo. “Retornamos o presente com a manifestação da nossa CPDU”. Cadê a resposta propriamente dita? Não possuímos serviço de valet na região dessa Prefeitura Regional.

Considerando as dimensões da Prefeitura Regional, o tanto de atividade econômica, quais as chances de não ter nenhum serviço de valet na área de Aricanduva/Formosa/Carrão? Mínimas. Agora, se não tem a fiscalização, por que eu me daria ao trabalho de tentar regularizar?

Então aqui temos a resposta de todas. Butantã. Estou descendo aqui o meu

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 21

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

arquivo. Informamos que não constatamos serviço de valet em nossa jurisdição até a presente data. Prefeitura Regional... Imagina, Morumbi, a região ali.

Seguindo, Campo Limpo. Retornamos com as informações. É que aqui tem outras respostas também quanto aos equipamentos disponíveis, enfim, é um longo arquivo reunindo respostas das várias prefeituras regionais.

Então eu compartilho esses documentos com vocês. Os documentos estão disponíveis no site, porque a partir dessas informações oficiais vocês podem trazer para o nosso conhecimento as informações do mundo real. Inclusive, para que a gente eventualmente faça diligências, organize comandos junto com os agentes vistores das próprias prefeituras. Lógico, junto com os agentes vistores, para que façamos esse cotejamento aí das informações dos nossos sistemas e as informações off-line.

Vereador Fabio Riva, Vereador André Santos...

O SR. FABIO RIVA – Só queria, Vereadora Soninha, desculpa pelo atraso, Vereador André, queria saudar os nossos convidados, Sr. José Lamas, a Ana Marques Leite e aqui queria fazer um registro muito especial, Sr. João Floriano Faustino, com quem estive na Regional de Perus, na época, em 2005, salvo engano. Eu estava em Pirituba e muitas vezes me socorri pela orientação dele, principalmente por seu conhecimento técnico na área com os agentes vistores, e fico feliz por estar em SQUOS cada vez mais contribuindo para melhorar a questão da fiscalização.

E nós aqui de uma forma ou de outra buscamos melhores condições de trabalho para vocês e a valorização da carreira dos agentes vistores, ou melhor, de todo servidor público aqui da Cidade. Tenho hoje, na condição de Vereador, muito aprendi quando estive na Prefeitura, com muitos amigos que deixei lá, continuam lá em Pirituba, em Perus, aonde temos mais uma área de atuação.

E o João muitas vezes eu ali, à época, estava na Prefeitura, ora estava como assessor do Deputado Zerbini, e ia pedir algumas orientações, principalmente na questão dos

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 22

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

movimentos de moradia, que tem uma área em Perus, principalmente na questão da legislação e o João sempre nos atendeu.

Então fiquei muito feliz. Muito obrigado e disponha aqui do nosso gabinete, aqui da Casa. E agora aqui na CPI buscamos essa melhoria na questão da fiscalização, facilitar e agilizar esses processos de concessão dessas permissões dos valets, enfim, acho que a Vereadora Soninha foi muito feliz em propor esta CPI e preside aí com maestria, com todo o seu conhecimento. E nos auxilia para buscarmos um relatório que seja a contento de todos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Vereador. Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Bom dia a todos. Obrigado por virem aqui e respeitar o desejo de todos nós de tornar nossa Cidade cada vez melhor.

Bem, é só um alerta aqueles que estão sendo questionados nas prefeituras regionais ou nas subprefeituras, que o objetivo é que a gente receba as informações precisas, porque até então temos procurado de uma maneira tranquila conduzir os nossos trabalhos.

Agora, se for detectado que uma informação está sendo passada e não há verdade nisso, então nós vamos para cima usar os recursos que temos, porque uma informação imprecisa mostra com clareza que ainda infelizmente há pessoas que não querem o melhor para a Cidade. E como queremos o melhor para a Cidade nós vamos... Estou falando por causa dos dados apresentados há instantes no slide que é muito estranho, todo o lugar que você vai...

Desafio, qualquer que seja a pessoa hoje a parar o seu automóvel em qualquer lugar praticamente da Cidade que alguém não vai procurar cobrar de alguma forma um determinado valor pelo automóvel estar sendo estacionado ali.

Agora, não ter nenhum sistema de valet num bairro populoso, conhecido, que tem...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Numa Subprefeitura.

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 23

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

O SR. ANDRÉ SANTOS – Então queremos destacar isso. E isso vai ser de fato apurado porque essa informação, esperamos que essa informação esteja devidamente correta. Vamos ficar muito felizes em saber que a informação foi trazida com precisão. Agora, se não foi trazida com precisão vamos então a fundo porque isso não pode acontecer.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Dá uma olhada, Vereador, desculpe a informalidade, mas seguindo aqui naquele mesmo arquivo que estava exibindo antes: Prefeitura de São Paulo. Prefeitura Regional Freguesia do Ó/Brasilândia. A resposta que foi dada ao chefe de gabinete da Prefeitura Regional e por ele reproduzida foi: nossa área administrativa composta por Freguesia do Ó e Brasilândia é uma região de classe média baixa, na maior parte do território muito pobre e como resultante dessa condição socioeconômica os estabelecimentos da nossa região não dispõem desse tipo de prestação de serviço. Nesse cenário não temos informações de licenciamento ou tão pouco fiscalizatórias relacionadas a valets, pois inexistem na nossa região.

O primeiro Google que dei aqui achei um bar no Largo da Matriz que tem serviço de valet. Então é óbvio que o que consta oficialmente não corresponde à realidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então o fato é que se tem uma atividade que ainda é subcontabilizada da Cidade é o serviço de valet. E não é uma atividade tão difícil assim de constatar. Você não precisa invadir nenhum imóvel, não precisa de força policial, não precisa quebrar as paredes para descobrir a irregularidade. É muito visível. É muito visível.

O SR. FABIO RIVA – Vereadora, e é um fato porque hoje a grande maioria desses centros em cada bairro, a gente pode pegar aí pelas... Estou dando um exemplo que a senhora acabou de mencionar, é uma realidade hoje.

Então do ponto de vista de fiscalização é muito fácil. Agora, o que é mais difícil é esse cara se licenciar. O caminho que ele vai buscar até a Prefeitura Regional para ter essa

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 24

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

autorização.

Então foi esse um questionamento que fizemos aqui, Vereador André, é de que forma poderíamos facilitar isso para que essas pessoas que hoje estão na informalidade possam se tornar formais, arrecadar para o Município e dar segurança para aqueles que deixam os carros nos valets. Tem essa questão, porque tanto ali na região que foi mencionada, no Largo da Matriz, você tem vários estacionamentos ali. É um lugar que eu frequento, então você consegue enxergar que existe um problema, mas de fácil solução. Não é difícil você ter lá o convênio do valet com estacionamento.

A grande maioria que vai lá procura as vias paralelas para parar o carro. Mas aqueles que gostam de um pouco mais de conforto, querem deixar o carro e pagar por isso, de uma forma ou de outra tem de ter esse serviço ao contento, mas que tenha aí uma regulamentação e uma autorização, uma garantia legal através da licença de funcionamento desses valets.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E o decreto em vigor, que me lembre, tenta, ele reconhece que não se poderia – isso na minha interpretação -, que você não pode para a regularidade do serviço de valet exigir mais do que o próprio serviço de valet é capaz de garantir.

Por exemplo, a condição toda regular do estacionamento onde o carro vai ser deixado. Porque se a empresa prestadora do serviço de valet que é obrigada a indicar um estacionamento onde vai deixar o carro, se ela precisar provar que o estacionamento tem o habite-se, tem o alvará, tem toda a documentação no cartório de registro de imóveis, então você está exigindo daquele serviço algo que vai além da sua possibilidade de oferecer.

Aliás, o decreto continua exigindo. Acho que o contrato social do restaurante, do estabelecimento ao qual o serviço está ligado e também acho que não é o serviço de valet quem tem de apresentar o contrato social do estabelecimento. Basta o dele, empresa. Mas enfim, o decreto atual já reconhece isso e lembro que a declaração do estacionamento, de que

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 25

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

este é o estacionamento, esse é o endereço, está aqui a rota que o carro vai percorrer do estabelecimento até o estacionamento, tal, assinado por um engenheiro e com RT.

Quer dizer, estou declarando que tenho esse estacionamento onde meus carros são deixados e que tem seguro. Mais do que isso, como é que ele poderia, não sou obrigada a ter um estacionamento e nem posso, só vai ter estacionamento se o cara tiver todos os documentos, todos os registros necessários.

Então é importante fazer esse cotejamento mesmo, com o mundo real, o que cabe exigir de cada um. Na CPI do Alvará, um dos resultados da CPI foi essa possibilidade do alvará condicionado. Quer dizer, se você tem um estabelecimento que cumpre todas as condições de funcionamento, de segurança, de regularidade. Ah, mas tem uma pendência lá no cartório de imóveis porque o proprietário, o imóvel é do espólio de não sei quem. Essa pessoa nunca poderia. Eu tive de lidar com isso várias vezes na Lapa, era impossível regularizar o imóvel porque era o inquilino de um imóvel que fazia parte do inventário, do espólio, e por mais que o estabelecimento em si estivesse completamente dentro das regras, o registro do imóvel não estava. Então, não tinha habite-se, então, ele não podia ter a licença de funcionamento. Não nos restou alternativa a não ser fechar, do ponto de vista administrativo não tinha nada que eu podia fazer, subiu em todos os graus de recursos até chegar para mim, até ter de mandar fechar e dizer para o proprietário que agora é na justiça provar que não é você que não está querendo exercer a sua atividade normalmente, tem alguma coisa se interpondo.

Muito bem, sobre a regra dos valets. Temos avanços na implantação do sistema de cadastro?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - O Carlos Candela que viria hoje, ele não pôde vir porque está em reuniões internas, ele supervisiona a equipe que fez toda a parametrização do sistema, que eu saiba ele já foi homologado e a Prodam está fazendo, montando o sistema, a parametrização, o desenvolvimento. E eu não tenho a notícia de quando vai estar pronto, eu sei que ela tem prioridade para fazer isso. O Secretário Modonezi,

RODÍZIO: 01-19

TAQUÍGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 26

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

além desse cadastro, além do valet, ele pediu para incluir mesas e cadeiras, ambulantes, tudo que é atividade que exija TPU, vai estar constando no mesmo cadastro. Vai ser um cadastro para todos que tiverem a obrigação de ter um TPU.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O Sr. Lamas fez menção ao fato de que algumas autuações não são contabilizadas para efeito da produtividade. A de valets é, por acaso?

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO - Valets a gente leva em consideração como ação fiscalizatória, não especificamente valets. Tem uma pontuação também. Acho que você comentou alguma coisa sobre as multas. O agente vistor não recebe mais ou menos pontos por conta de lavrar multas. Até seria interessante a gente receber uma porcentagem sobre o valor.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Mas se dependesse do pagamento da multa, vocês estariam em maus lençóis?

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO - É, usando aquela palavra bem técnica, mas como não é lincado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Mas recebem em função da?

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO - Da ação fiscalizatória.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Da ação em si. Quais são as que não contam?

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO - Desde essa lei de 1986, existe uma relação, acho que da época do Andrea Matarazzo, foi feita uma remodelação. E agora em 2012 ou 2010, quando fizeram a implantação do SGF ou do SAF, eles fizeram outra remodelação e cada vez que eles remodelam, remodelam para pior. Por exemplo, hoje, temos em torno de 24 itens, desses 24 itens, temos 8 a 10 que trata de taxi. O agente vistor faz vistoria em taxi. Já ouviu isso agora?

Está na lei, na Secretaria de Transportes acho que ainda temos um agente vistor lá.

RODÍZIO: **01-19**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17330**

DATA: **11/09/2018**

FOLHA: **27**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

Por exemplo, em 1986, você atendeu o público, você recebeu uma pontuação. Você fazia uma análise de defesa de multa que chega, você recebia uma pontuação. Tem vários outros, mas como não estou na ativa, fica meio fora, mas a gente está no aguardo da composição desse grupo para que sejam levados alguns itens para a realidade do dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Grupo?

O SR. JOSÉ LAMAS OTERO - O próprio decreto que fala sobre a produtividade dá um prazo. Acho que a cada ano tem de ser composto um grupo de estudos para reavaliar aqueles itens da produtividade, conseqüentemente das pontuações. De 2010 ou 2012 para cá, passou de quatro a seis anos esse grupo não foi constituído. Estamos no aguardo da Secretaria de Subprefeituras para composição desse grupo e reavaliar o que existe lá e colocar coisas novas, tirar coisas que não se usa, como, por exemplo, esse de táxi, que até choco aos olhos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pergunto se alguém mais tem alguma contribuição?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO - Quando passou a fiscalização a ser eletrônica, então, hoje tem muitas atividades que hoje fazemos no sistema de lançamento de solicitação, demanda, criação de roteiro, tudo, e essas novas atividades não são previstas nessa tabela. Antes era mais voltado para atividades manuais, burocráticas. Então, é isso que o Lamas falou, essa tabela tem de ser revista com nova realidade porque muita atividade que se faz interna, através de sistema, não é pontuado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO – Secretária-geral do sindicato dos agentes vistoristas. Tem algumas atividades para a cidade são consideradas muito importantes, que é a fiscalização do objeto de contrato das empresas de lixo. Então, em algumas subprefeituras ainda são os agentes vistoristas que fazem essa vistoria, embora exista uma pressão muito grande, não sei bem de onde, para que se tire os agentes vistoristas da

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 28

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

vistoria do objeto contrato, que é a verificação se as empresas estão realmente fazendo aquilo que estão sendo pagas para fazer.

E essas atividades, nenhuma delas consta no SGF. Então, alguns agentes vidores estão fiscalizando o objeto contrato e para conseguir pontuação tem de jogar alguma outra coisa para receber a pontuação. Então, isso é muito grave, é uma fiscalização muito importante para a Cidade e que está sendo feita de uma maneira muito precária.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) - Muito obrigada. Pergunto se alguém mais quer fazer alguma contribuição. Sim?

A SRA. ANDREA MARTINS FRANCISCO – Meu nome é Andrea, sou do conselho, do Savim e sou agente vistor concursada, desde 2002, ingressei em 2003 na carreira e trabalho na subprefeitura da Sé.

Só gostaria de pontuar algumas coisas, são só esclarecimentos que gostaria de fazer. Em relação a trabalharmos 24 horas ininterruptamente, pelo menos, na subprefeitura da Sé isso já acontece, primeiro porque temos o privilégio de termos um número um pouco maior de agentes vidores. Eu sei disso porque tem prefeituras que têm três ou quatro trabalhando, efetivos. E na subprefeitura da Sé, nós já fazemos isso. O que de fato falta na subprefeitura da Sé, que tem um número relativamente suficiente, embora o ideal não seja o ideal, é mesmo a regulamentação da lei de plantões, porque na Constituição está previsto que horários noturnos têm um outro valor, finais de semana, feriados, etc, além do que nossa colega já disse de você ter um local adequado para fazer um plantão. Você ter de ter um mínimo de segurança e conforto e higiene para poder ficar 24 horas à disposição, com equipamento e etc.

Outro assunto que queria pontuar é sobre a CPI de *valets*. Acho muito estranho que a gente não teve comandos de *valets*. Geralmente quando existe um assunto polêmico, que sai na mídia ou que tem solicitação de órgão importante e eu considero o Legislativo extremamente importante, principalmente ele encontra o equilíbrio dos poderes, enfim, todos têm de estar harmônicos, pelo menos é o que prevê o bojo constitucional, acho inacreditável

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 29

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

que a gente não tenha tido comandos, porque comandos são ações que fazemos, pontuais, elas não são rotinas, porque não são rotineiras. E na maioria das vezes, esses comandos são integrados com outros órgãos, muitas vezes outras instituições participam disso, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Civil. Se for necessário até a Polícia Militar e etc.

Sobre os *valets*, também eu gostaria de dizer o seguinte: é muito confuso quando você já tem uma lei que já é publicada de uma forma confusa e quase que inalcançável, quase impossível de ser cumprida, é muito difícil também você fiscalizar, porque você acaba se deparando com situações que você não sabe como resolver – exatamente as que a Vereadora tão bem descreveu. São situações em que você não pode exigir tanto assim de uma microempresa. Geralmente, são pequenas e microempresas.

Gostaria também de dizer que sobre a pontuação, a questão de pontuarmos, quando você ingressa na carreira através de concurso, que você tem de ter curso superior, ainda que seja em qualquer área, você inicia com cinco mil e pouco e só depois de 30 anos - sendo que a cada dois você aumenta 200 reais e que depois você tem que ter todas essas horas de cursos -, é que você chega a sete mil. Esses sete mil são depois de 30 anos. E nem todos chegam, porque alguns não cumpriram os cursos.

Então, assim, isso é um desestímulo para quem quer ser agente vistor ou para quem, pelo menos, quer ser agente vistor com uma boa intenção, né. Lembrando que um agente vistor é um cidadão. Então, eu me lembro da primeira vez em que tivemos oportunidade de conversar e que eu falei para a Vereadora, e ela concordou, nós não somos só servidores públicos. Somos cidadãos...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Munícipes.

A SRA. ANDREA MARTINS FRANCISCO - ...temos família, temos parentes, amigos e é uma Cidade que...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Moram, compram, circulam.

A SRA. ANDREA MARTINS FRANCISCO - ...Exato. E é para o nosso bem-estar,

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 30

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

para a nossa segurança, para a nossa higiene. É terrível você comer em um restaurante, todo feliz, principalmente se você convidou alguém, e no outro dia todo mundo passar mal, por exemplo, né, por falta de higiene.

Então, eu acho que a fiscalização, como um todo, não só a fiscalização nossa de agentes vidores... Ah, desculpa falar, eu concordo com a Claret, quando ela disse que o agente vistor é um chato. Cinquenta por cento, né. Os outros 50% não, porque se ele solucionar o problema, quem reclamou ou quem estava incomodado vai ficar feliz com isso.

Sobre termos recurso para contratar agentes vidores ou até para o nosso aumento, acho que já ficou claro que nós auferimos receita. Na verdade, aumentamos a receita da Prefeitura enormemente, e ela também chega a aumentar a arrecadação tributária, porque se você fiscaliza uma obra que teve um aumento de área, o imposto que incidirá sobre esse aumento de área será majorado.

Então, eu acho que deveríamos ser considerados. O nosso trabalho deveria ser melhor considerado e melhor cuidado por todos nós.

Era isso o que eu gostaria de dizer e obrigadíssima, obrigadíssima, Vereadora e nobres Vereadores, por esta oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Imagina. Nós é que agradecemos.

Nós sabemos como funciona: todo mundo quer que o outro seja fiscalizado. Os fiscais, os agentes vidores, Vereadores, quem quer que seja, nós sempre queremos que o outro faça menos barulho.

Uma vez eu flagrei uma pessoa despejando entulho em um ponto viciado, abrindo o porta-malas do carro e jogando, né, descarregando ali os pacotes de entulho. Era um carro pequeno. Era uma obra doméstica. E eu parei e falei: “Não pode, né”. E: “Mas, então eu faço o quê?” “Leva no ecoponto, né”. “Onde tem um?” “Tem em Pi...”, “Mas vou ter de ir até lá?” “Vai, né. É o seu entulho e você já está de carro”. E, assim, a muito contragosto a pessoa pôs o... Mas muito... louca da... furiosa da vida botou de volta o entulho no porta-malas do carro, e saiu

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 31

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

cantando pneu. E tinha uma pessoa do lado, que testemunhou ali, uma moradora que foi supersolidária. Ela falou: “Ai, que absurdo, né, a falta de educação das pessoas! Ninguém quer um ponto viciado, mas se você, né, ah...tal...” Bom, dali a 15 dias o que acontece? Um agente vistor flagra despejo de entulho e era um pedreiro da casa dessa mulher que tinha sido solidária a mim e crítica ao vizinho!

Então, queremos que seja..., queremos fiscalização do vizinho, do vizinho. Seremos chatos, sempre. Nós, que devemos fiscalizar.

Pergunto se mais alguém quer fazer alguma contribuição? E não fazendo hoje, não fazendo agora ou durante a reunião, podem fazer, se manifestar. Qual é mesmo o e-mail da Comissão (Pausa) cpi-valets@sãopaulo.sp.leg.br.

Sugestões, denúncias, enfim. Já temos, já foi aprovado um requerimento. Nós faremos comandos. A CPI vai para campo. Queríamos, primeiro, dominar bem a regra do jogo para, depois, irmos a campo, entender, de fato, o que..., qual é a regra, quais são os instrumentos, quais são os procedimentos, qual é o protocolo para também, não sairmos a campo exigindo do prestador de serviço, do agente vistor, de quem quer que seja, algo diferente do que se espera que se faça.

A SRA. MARIA BENEDITA CLARET ALVES FORTUNATO – Só uma ilustração com essa coisa de falta de educação. Nós temos uma Federação de Fiscais de Atividades Urbanas e, aí, tivemos a oportunidade de ver o pessoal de fiscalização de Brasília. Lá, eles têm uma agência de fiscalização com autonomia de atuação. E lá eles fizeram um programa de orientação, nas escolas, sobre fiscalização.

Então, o grupo de agentes - lá eles são auditores fiscais de atividades urbanas, e somos nós aqui -, eles vão às escolas dos pequenininhos lá, mostrar para eles o que é estar dentro da lei ou não, em uma linguagem acessível. E é uma coisa muito legal, que nós até comentamos de o Sindicato, com um pouquinho mais de estrutura, conseguirmos fazer isso também nas escolas aqui.

RODÍZIO: 01-19

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: 17330

DATA: 11/09/2018

FOLHA: 32

ORADOR(A): CPI DOS VALETS

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Mais alguma contribuição? (Pausa)

A SRA. SANDRA REGINA DE ALBUQUERQUE BOMFIM – Só uma coisa, Soninha...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – O seu nome, por favor.

A SRA. SANDRA REGINA DE ALBUQUERQUE BOMFIM – Sandra, do Savim, Secretária-Adjunta. Então, nesses comandos dos *valets*, só lembrando que a maioria é composta de microempresas, que têm uma legislação especial. Então, a primeira coisa é dar o termo de orientação para elas, onde elas têm 30 dias para entrar com o pedido de regularização. Entrando com esse pedido, já é suspensa a ação fiscal.

Então, na maioria dos *valets* encontraremos essa situação, tá.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tá certo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito... Mais uma contribuição?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – É só... aqueles documentos que eu disse que deixaria, tem um outro aqui, que é uma informação que foi feita, publicada na Portaria 42, que constituiu um grupo de trabalho só de agentes vistoristas para propor melhorias no SGF.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ótimo. Ficaremos com uma cópia, então?

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Isso. E, também, fizemos, aqui, um comunicado para os agentes vistoristas de como proceder à fiscalização quando receberem aquele comunicado da CET, que fala do embarque e do desembarque. Porque houve uma reunião em que comentaram que não sabiam o que fazer. Então, foi feito um comunicado, uma orientação de como proceder e lançar isso no SGF.

Então, essas são as últimas...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Então, ficam conosco esses documentos.

RODÍZIO: **01-19**

TAQUIGRAFO(A):

EVENTO: **17330**

DATA: **11/09/2018**

FOLHA: **33**

ORADOR(A): **CPI DOS VALETS**

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E irão para o *site* também, para a consulta de qualquer pessoa interessada.

O SR. JOÃO FLORIANO FAUSTINO – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Em princípio, a próxima reunião ordinária está convocada para o dia 25 de setembro..., o que for uma terça-feira: 25 ou 26.

Agradeço a presença de todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.